

Altermundialismo e classes sociais: uma analise do Forum Social Mundial e da ATTAC.

Arias Santiane y Corrêa Ana Elisa Cruz.

Cita:

Arias Santiane y Corrêa Ana Elisa Cruz (2010). *Altermundialismo e classes sociais: uma analise do Forum Social Mundial e da ATTAC*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/575>

Altermundialismo e classes sociais uma análise do Fórum Social Mundial e da ATTAC

Autoras:

Ana Elisa Corrêa, mestranda em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, Brasil. Membro do grupo de pesquisa Neoliberalismo e Classes Sociais do CEMARX. Endereço eletrônico: aecorrea@gmail.com

Santiane Arias, doutoranda em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Membro do grupo de pesquisa Neoliberalismo e Classes Sociais do CEMARX. Endereço eletrônico: santiane@gmail.com

Área temática: Política Comparada - Sindicatos, Movimientos sociales y Protesta social

Trabajo preparado para su presentación en el V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Buenos Aires, 28 a 30 de julio de 2010."

**Campinas
2010**

Altermundialismo e classe social: uma análise do Fórum Social Mundial e da ATTAC

Resumo: Com este texto buscamos problematizar as relações existentes entre a composição de classe e a atuação política do movimento *altermundialista*. Para tanto, abordaremos o debate político sobre a estrutura e a atuação do Fórum Social Mundial, bem como as propostas de transformação da Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Auxílio dos Cidadãos (ATTAC) da França.

Durante os anos 1990 disseminam-se por vários países manifestações de oposição às políticas neoliberais. Uma das mais significativas dentre elas, a *Batalha de Seattle*, ocorrida em 1999, data o início de um novo movimento autodenominado *altermundialista*. Após diversas marchas de protestos, surge a proposta do Fórum Social Mundial (FSM). Criado em 2001 o FSM é visto por seus representantes como o “novo protagonista da esquerda do século XXI” (Leite, 2003). Essa autoimagem faz com que se apresentem como uma “nova forma de organização” não apenas diferente, mas, por vezes, superior historicamente ao movimento socialista, que estaria datado ao século XIX e XX. Por outro lado, não obstante proclamem a pluralidade de causas e projetos, reivindicam uma “oposição social global” a um processo de “mercantilização também global”, de onde o lema: *um outro mundo é possível*. Com efeito, o *altermundialismo* nasceu em um período no qual a extensão e a profundidade das reformas neoliberais colocaram aos grupos e setores negativamente atingidos a necessidade de uma ação coordenada. Mas, críticos da experiência socialista e herdeiros dos movimentos sociais dos anos 1980, seus militantes ocupam as ruas afirmando a possibilidade de um outro mundo que, no entanto, inclua “vários outros mundos”.

A discussão a seguir problematiza em grande medida as teses emergentes com este movimento, sobretudo a idéia corrente da insuficiência da categoria classe social para a compreensão de sua atuação política. Assim, analisaremos o FSM e a ATTAC, duas das principais manifestações *altermundiais*. O primeiro agrega diferentes movimentos sociais e entidades que compõem o *altermundialismo* e o segundo é uma de suas organizações mais atuantes. A análise cruzada dessas duas formas de atuação apresenta questões interessantes e oferece pistas importantes para entendermos as diferenças do movimento na América do Sul e na Europa; isto porque várias das edições do FSM ocorreram no Brasil, contando com a participação significativa de sul-americanos, ao passo que a ATTAC é uma organização fundamentalmente européia.

Nas próximas seções deste texto procuraremos apresentar de modo mais detalhado as concepções políticas, propostas e reivindicações desses diferentes setores do *altermundialismo*, relacionando-os com uma questão que consideramos fundamental: a sua composição de classe.

A composição de classe do Fórum Social Mundial

Para desenvolvermos uma análise consistente do FSM buscamos identificar os principais debates entre as entidades que compõem seu Comitê Organizador (CO) e mesmo, de forma mais geral, as posições de intelectuais e representantes que compõem o Comitê Internacional (CI). Segundo afirmações presentes na página oficial do FSM, esses Comitês teriam a função de definir questões operacionais e estruturais para a realização da cada edição do Fórum, e mesmo promover

discussões, reflexões e debates sobre seus rumos e linhas gerais. Temos como hipótese que, além de alguns intelectuais centrais, algumas entidades presentes no CO teriam forte influência na definição dos princípios e debates políticos que norteiam a realização do evento. Essa influência é ainda mais forte em relação ao Comitê Organizador brasileiro, já que este foi ativo na organização de cinco dos oito fóruns centralizados que ocorreram.¹ O Comitê brasileiro reuniu nas primeiras três edições do Fórum, as seguintes organizações: MST, CUT, ABONG, Cives, CBJP, ATTAC, Ibase, CJG² (Leite, 2003).

Com essas organizações observamos que não apenas as classes populares, mas muitos setores das classes médias foram afetados pelas conseqüências da precarização dos serviços públicos, das privatizações, da redução do funcionalismo público, da reestruturação produtiva que leva ao “enxugamento” de pessoal administrativo e à redução dos gastos com direitos trabalhistas. Essa classe média assalariada, tendencialmente pauperizada e mesmo proletarizada, como dizem alguns, se aproximará no espaço do Fórum Social Mundial de movimentos populares e sindicais como a CUT, o MST e a Via Campesina, para manifestar-se contra a desumanização crescente e a destruição das bases do bem-estar que antes gozava. Assim, muitos serão os movimentos que surgem com o propósito específico de combater as medidas de implantação e fortalecimento do capitalismo neoliberal. Movimentos que perderam força irão retomar suas bandeiras de luta, resignificando-as de forma a combater esse modelo, como é o caso de muitos “movimentos de identidade”. Novas experiências de trabalho e organização social assumirão um espaço central no evento, como as experiências de Economia Solidária. E ONGs que oferecem os mais variados serviços e atividades, com ideologias e propostas diversas se unirão às discussões sobre gênero, meio ambiente, pobreza, questão agrária, distribuição de renda e transformação, seja ela parcial ou radical, das estruturas que comportam esse modo de vida.

Dados recolhidos pelo IBASE indicam a posição de classe média da grande maioria de seus participantes. François Houtart (2003), em suas análises sobre o movimento altermundialista, afirma que a expansão do capitalismo neoliberal não afetou apenas a classe trabalhadora, mas também camadas diversas das populações mundiais. Afirma que largos segmentos da classe média seriam prejudicados devido ao fato das transformações promovidas pelo neoliberalismo não terem se mantido apenas no âmbito econômico, mas também em setores como educação, saúde, seguridade social e cultura. De acordo com Sokol (2003), o FSM está marcado pela participação de ONGs e movimentos da classe média, sendo muito reduzida participação dos movimentos sociais populares.

Por fim, apresentamos indicadores resultantes de pesquisas quantitativas realizadas pelo IBASE³, em algumas edições do Fórum. São dados extremamente úteis para indicarmos a composição de classe dos participantes do evento. Os dados referentes ao Fórum de 2003 indicam que 73,4% dos participantes têm alta escolaridade com, pelo menos, ensino superior incompleto. Quanto à ocupação, 43,4 % são funcionários de instituição privada/ONG e 36% são funcionários públicos, sendo que 79,5% trabalham no setor de serviços. Os dados do Fórum de 2005 no Brasil mantêm a mesma tendência. Para Santos (2005), estes dados constataam a “composição pequeno-burguesa” do evento. Essa tendência à alta escolarização e de postos de trabalho de classe média como os do funcionalismo público, de ONGs e do setor de serviços, se repetem e são ainda mais gritantes no Fórum Social de Belém realizado em 2009: 81% dos participantes possuíam o grau superior completo ou em curso; entre brasileiros, mais de um terço são estudantes e em seguida, mais

¹ Informações sobre os Comitês que promovem a organização do Fórum podem ser encontradas em SANTOS (2005).

² MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; ABONG- Associação Brasileira de ONGs ; CUT – Central Única dos Trabalhadores; Cives – Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania; ATTAC – Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos; CBJP – Comissão Brasileiro de Justiça e Paz; IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas; CJG – Centro de Justiça Global.

³ As pesquisas realizadas pelo IBASE sobre os Fóruns de 2003, 2005 e 2006 podem ser encontradas em:

<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=1070>

de 20% são funcionários públicos ou de empresas públicas; entre os estrangeiros a maior concentração se dá na categoria “empregado em entidade sem fins lucrativos”.

Neste sentido, apesar da presença de movimentos sociais, sindicatos e partidos compostos também por operários ou outros trabalhadores das classes populares, a presença de frações da classe média seria substancialmente superior. Esta é uma questão que é muitas vezes ignorada pelos estudiosos do *altermundialismo*.

A tese central que desenvolveremos adiante, primeiramente quanto ao Fórum Social Mundial e em seguida quanto à ATTAC, é de que a forma de organização política está intimamente ligada à composição de classe. Iniciando pelo FSM nos centraremos em um dilema que a organização desse evento enfrenta que defendemos estar relacionado com a complexidade da posição de classe dos participantes do evento.

O princípio da não deliberação no FSM: pluralidade X unidade

Nos dez anos que se passaram alguns pontos se tornaram motivo de divergências e polêmicas. Essas discordâncias começam a ser colocadas em 2005, mas tomam corpo em 2007 quando o FSM de Nairóbi reúne menos da metade dos participantes presentes no Fórum anterior. Nesse momento, várias críticas foram levantadas pelas entidades e intelectuais participantes dos comitês. Alguns afirmaram que o FSM já tinha cumprido seu papel e que chegara o momento de sair de cena, de forma que a ação direta contra o neoliberalismo passasse a ser o foco do *altermundialismo*. Mas a maioria das críticas apontava para a necessidade do fórum transformar sua forma de organização de maneira que não se limitasse a um papel apenas de disputa ideológica, mas que empreendesse ações concretas contra o capitalismo neoliberal e na construção do “outro mundo possível” já tantas vezes anunciado. O Fórum de 2009, em Belém, realizado depois do advento da crise econômica mundial, interrompe essa tendência desmobilizadora reunindo cerca de 130.000 participantes. O Fórum surgiu como espaço de alternativas ao sistema vigente, com foco, em todas as suas edições, nas críticas à economia neoliberal. Quando esse sistema entra em crise e parece perder sua legitimidade, nada mais compreensível que os diversos grupos de esquerda se voltem para o espaço do Fórum, buscando as alternativas de construção de um sistema econômico mais humanizado.

Podemos dizer que o ponto central das polêmicas levantadas no Fórum de 2009 e detidamente discutidas em Porto Alegre no Fórum de 2010 foi o 6º item da Carta de Princípios que impede qualquer espécie de deliberação em nome do FSM. Vejamos:

Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo enquanto Fórum Social Mundial. Ninguém estará, portanto autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de tod@s @s seus/suas participantes. @s participantes não devem ser chamad@s a tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que @s engajem a tod@s ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum. Ele não se constitui portanto em instância de poder, a ser disputado pelos participantes de seus encontros, nem pretende se constituir em única alternativa de articulação e ação das entidades e movimentos que dele participem.

Em texto publicado no blog do *Seminário Internacional 10 anos*⁴, David Harvey agrupa diversas entidades em cinco instâncias principais que estariam presentes no FSM: ONGs, economia solidária, novo estatismo e partidarismo de esquerda, movimentos sociais de necessidade, movimentos sociais de identidade. A esses grupos elencados por Harvey, somamos o empreendedorismo social. Todas essas instâncias estão representadas no Comitê Organizador e no Comitê Internacional do Fórum.

Em relação ao debate que pretendemos analisar, reunimos essas instâncias em dois grupos que possuem divergências quanto ao tema em discussão: o caráter não deliberativo do FSM. No primeiro grupo, defendendo a manutenção da estrutura atual não deliberativa do Fórum, encontramos as ONGs representadas pela ABONG, o Empreendedorismo Social presente através da Cives, parte significativa das organizações da Economia Solidária e parte dos Movimentos de Identidade como a Articulação Feminista Marcosul. Identificamos nesse grupo algumas tendências políticas gerais muito próximas a da autodenominada “nova esquerda”. São defensores da diversidade e do culturalismo, buscam a transformação a partir do cotidiano, apresentam tendências pacifistas, defendem o autonomismo e o espontaneísmo. Suas críticas se voltam às lutas contra as grandes estruturas sociais, se posicionam contra as hierarquias, disciplinas, e qualquer espécie de centralização. É interessante notar que as análises acadêmicas e mesmo militantes de intelectuais próximos a esses grupos negam o caráter de classe média predominante no Fórum Social Mundial, afirmando que este é uma expressão pluriclassista.

Podemos identificar o segundo grupo que busca uma mudança no caráter do evento através da definição de algumas deliberações, de maneira que alguns consensos pudessem ser anunciados em nome do Fórum como um todo. Esses seriam os movimentos sociais de necessidade como o MST, aqueles que defendem um estatismo de esquerda (com base popular de massa) como é o caso da CUT e mesmo de alguns intelectuais da ATTAC. Estas organizações clamam pela necessidade da criação de um programa unificado de luta, apesar de considerarem a importância da diversidade e heterogeneidade do Fórum. Defendem que só os movimentos de massa ocupando as ruas poderiam criar o outro mundo possível. Sua concepção de transformação está fundada na necessidade de se lutar por mudanças estruturais.

As diferentes concepções em relação ao Fórum estar ou não cumprindo um papel suficiente na luta contra o capitalismo neoliberal têm como conseqüências ou o desejo de mantê-lo como está, ou de transformar suas formas de funcionamento. Assim, a polêmica vem à tona quando se busca definir a função desse espaço de discussões.

Francisco Whitaker, membro da CBJP, é um dos mais fortes defensores da estrutura atual do Fórum. Para ele, este seria fundamentalmente um espaço de encontro que não poderia se organizar em torno de bandeiras de luta. Assim, o FSM, para Whitaker, seria um instrumento do *altermundialismo* para a troca de idéias que fortaleceria as ações futuras do movimento. Essa é uma compreensão que está fundada em uma visão positiva dos efeitos do Fórum até o momento. A força do fórum seria sua pluralidade, sua multiplicidade de grupos, sua variedade de posições políticas. Nesse sentido, ele estaria cumprindo seu papel de “praça pública”, proporcionando um espaço de livre troca de idéias e experiências. A deliberação, segundo esta visão, acabaria por desrespeitar essa pluralidade. Whitaker defende que a construção da unidade seria uma reprodução de um autoritarismo presente nas práticas políticas da “esquerda tradicional” partidária, marxista, que necessita ser superada. Em suas palavras:

⁴ As análises que seguirão do FSM partem dos textos publicados na Revista Fórum, nos artigos publicados no blog oficial do “Seminário Internacional 10 anos: Desafios e propostas para um outro mundo possível” que ocorreu em janeiro de 2010 no Fórum Temático de Porto Alegre e de nossa participação como observadoras nos Fóruns de 2009 e 2010.

É inteiramente contrário ao que seria o “outro mundo”, pelo qual lutamos, que nos encontros do FSM todos pensassem o mesmo, conhecessem somente o mesmo, neles entrassem iguais e saíssem ainda mais iguais, desejo que muitas vezes penetra até em partidos políticos e movimentos que lutam pela mudança. Criando “praças” que não se fechem com participantes que rezem todos a mesma cartilha, o FSM permite a expansão do movimento altermundialista. (Whitaker, 2010)

O caráter de praça pública igualmente aberta à participação de todos deve ser questionado. Afinal, estão presentes na Carta de Princípios restrições à participação de partidos políticos na organização do Fórum. Assim também seu caráter democrático deve ser relativizado, pois nem todos os participantes do Fórum podem opinar sobre seu funcionamento. Apenas um pequeno grupo de representantes de uma parcela dos movimentos e instituições pode definir sua organização. Assim, será que a defesa da não-deliberação como forma de manter uma “praça pública” mais democrática de debates, sem uma centralização, é realmente válida? Em que medida essa “praça pública” corresponde de fato ao espaço do FSM?

Em apoio à posição de Francisco Whitaker, a ABONG publicou um texto em seu sítio na Internet sobre o Fórum. Nesse texto se coloca que as críticas ao atual funcionamento do Fórum representariam um retrocesso na construção até agora fundada nessa nova cultura da pluralidade.

Após uma década de ação mobilizatória, percebe-se cada vez mais a tentativa dos partidos políticos e de algumas organizações/movimentos de intervirem no Fórum Social Mundial, para que o mesmo se direcione pela construção de uma plataforma de luta e de temas nos moldes da esquerda tradicional. Ora, se observarmos as experiências organizativas que resultaram na realização do Fórum Social Mundial, perceberemos que a articulação da sociedade civil difere daquela dos partidos políticos e dos governos, pois vem se construindo em redes não hierarquizadas, sem líderes nem pirâmides (embora ainda haja experiências e tentativas nesse sentido), de distribuição de responsabilidades – ultrapassando, pois, os limites da democracia representativa e suas “delegações” de poder, bem como suas lutas internas. (ABONG)

Curioso notar como a organização em redes é um contraposto a qualquer espécie de classificação de prioridades na luta política. Todos seriam iguais, todas as lutas teriam a mesma relevância e urgência e, caso existissem discordâncias, os diversos grupos poderiam continuar atuando de mesma maneira apenas mantendo um diálogo com sua rede plural e multifacetada. Não é negada a importância da unidade, mas é negado qualquer instrumento ou forma concreta que incentive de fato a criação de uma cultura e visão política minimamente compartilhada pelas organizações presentes no Fórum. Quando não há uma proposta de definição de prioridades, não é necessário o debate sobre as diferentes reivindicações dos grupos aí presentes, o que de fato poderia gerar uma compreensão das lutas entre os movimentos. Oded Grajew, da Cives, eleva ao máximo essa fragmentação das lutas:

A promoção da diversidade, um dos pilares da carta de princípios, fez cada organização e cada cidadão se sentir valorizado. Ninguém é mais importante que o outro, nenhum tema tem a precedência. O “outro mundo possível”, onde a solidariedade e a cooperação superam a competição e o conflito, foi aplicado na nossa metodologia. (Grajew, 2010)

Ainda segundo Grajew, apesar da construção da unidade ser importante, o fórum não pode dizer a ninguém o que fazer, isto é, não pode se colocar como o ente que irá promover essa unidade. A unificação dos movimentos deve ocorrer de maneira espontânea.

Já aqueles que discordam da idéia de que o fórum teria cumprido satisfatoriamente suas funções e que clamam por mudanças em seu funcionamento apontam a necessidade de se considerar

uma conjuntura de avanço da reação. Acreditam que os governos de direita e as grandes empresas capitalistas ainda manteriam sua hegemonia. Por isso, seria necessário ser mais contundente e construir um movimento de massas que teria a função de pressionar os governos latino-americanos. Assim, representantes de algumas entidades defenderam que o fórum tivesse uma função para além do *altermundialismo*. Como afirmou João Pedro Stédile do MST em entrevista à mídia local, o Fórum seria um espaço de reflexão e preparação, e não de fato o espaço de construção do outro mundo. Esse outro mundo só poderia ser construído através da ocupação das ruas, da luta de massas. Assim, o Fórum não teria uma função apenas de preparar a ação direta no âmbito do *altermundialismo*, mas de construir unidade entre as diferentes formas de luta que o frequentam, sejam estas organizações filantrópicas organizadas por intelectuais de classe média, ou movimentos sociais de massa.

Stédile afirmou que apesar da crise financeira internacional, que pôs em xeque alguns pilares do modelo neoliberal, o mundo ainda vive sob a "hegemonia do capital", com maioria de governos de direita e domínio ideológico dos meios de comunicação.

'Eles [capitalistas] vão adequando seus métodos, se apropriando de outros modelos. Eles eram contra o Estado, mas agora na crise usaram o Estado para salvar os caixas dos bancos e das empresas'. (...) 'O Fórum é uma espécie de concentração, de vestiário, mas não é lá que se decide o jogo. O jogo se decide dentro do campo, com a coordenação de forças e a participação popular.

É bem verdade que a Assembléia dos Movimentos Sociais costuma se reunir ao fim do evento na tentativa de construir minimamente uma agenda comum. Contudo, é ainda uma atividade muito frágil, de um grupo específico de movimentos, que está longe de ter a força do evento como um todo. Além disso, a multiplicidade de conclusões dos debates é tão grande que as organizações que participam dessa sistematização não têm condições de ter de fato uma noção das questões defendidas pelos que aí debateram e chegaram a consensos e dissensos durante uma semana. Segundo Cassen, o FSM emitiria centenas de propostas (chegando a mais de 350 apenas no Fórum de 2005), sem qualquer espécie de hierarquia ou articulação entre elas.

Todo lo que derogaba el principio de "horizontalidad" (las propuestas tienen un estatus equivalente) y todo lo que aparecía como "vertical" (por ejemplo, una plataforma que unificara diferentes propuestas complementarias pero dispersas), fue combatido por una fracción influyente de los organizadores brasileños de los Foros y dirigentes de ONG que veían allí el inicio de un programa político... y hasta el intento de creación de una nueva Internacional! (CASSEN, 2010)

Afirma também que essa fórmula aberta no início do Fórum teria sido muito positiva por ter permitido que as linhas políticas mais diversas como ONGs assistencialistas, o sindicalismo reformista e os movimentos feministas, indígenas, ecologistas, se reunissem e caminhassem em conjunto com movimentos com propostas mais radicais para se discutir a necessidade de se superar o capitalismo neoliberal. Contudo, para de fato se criar alternativas ao neoliberalismo seria necessário identificar quais as questões que consensualmente seriam mais relevantes para a criação de uma agenda de lutas unificada. Esta dificuldade em se aceitar a busca pela unidade está fundada, em realidade, em diferenças políticas que muitos movimentos não desejam superar. Boaventura de Souza Santos pontua isso:

Acresce que desde o início, uma das forças do FSM (a diversidade dos movimentos e lutas que acolheu e o espírito de inclusividade com que o fez) foi também uma das suas fraquezas. Tratou-se de uma ambigüidade originária na relação entre movimentos que se opõem ao capitalismo, em geral, e movimentos que se opõem a este capitalismo predador e anti-reformista (o neoliberalismo),

entre movimentos que acreditam na idéia de progresso da modernidade ocidental e os que a rejeitam, entre movimentos que pensam que o racismo e o sexismo são lutas secundárias e os que se recusam a estabelecer hierarquias abstratas entre as lutas, etc. (Santos, 2010)

A questão que se coloca é se a existência de diferenças de fato levaria a uma impossibilidade de se encontrar ou mesmo construir afinidades. Muitas vezes, a negação de busca do comum é, em realidade, uma atitude extremamente anti-democrática disfarçada de um democratismo absoluto. É definido de maneira centralizada no Comitê Internacional que nada pode ser definido, que não pode haver deliberação no evento, porque qualquer definição seria antidemocrática. Porém, a própria atitude de vetar a possibilidade de deliberação é um exemplo explícito de autoritarismo por parte daqueles que defendem a manutenção das regras como estão. Boaventura define essa posição como “certo anti-intelectualismo combinado com algum faccionalismo disfarçado de anti-faccionalismo”. Isso causaria um desperdício de energia de massa crítica e propositiva que ao fim de cada fórum parece esvanecer-se:

O terceiro tema é o dos sujeitos políticos que levarão por diante as lutas pela paz, pela democracia e por um modelo social, cultural e econômico pós-capitalista. Este é o tema que obriga o FSM a refletir sobre si próprio. Como não desperdiçar a energia transformadora que ele gerou? Como construir alianças transcontinentais entre movimentos e partidos políticos convergindo em agendas realistas e portadoras de novas hegemonias? Como tornar o mundo menos confortável para o capitalismo predador? Talvez o FSM precise de criar o seu próprio FSM. (Santos, 2010)

A composição de classe e a organização política

A característica oscilante das classes médias é de grande importância para a organização e desenvolvimento das lutas e disputas entre a burguesia e o proletariado. Neste sentido, é relevante, por exemplo, compreender que os movimentos compostos pelas classes médias ascenderam e se fortaleceram no momento posterior a um recuo expressivo dos movimentos populares, em especial do sindicalismo operário e dos partidos comunistas. A emergência de movimentos que trarão outras temáticas e novas reivindicações como os movimentos de identidade, o movimento ecologista, os movimentos contra o autoritarismo e as estruturas de poder, os movimentos jovens de contracultura, o movimento pacifista, etc. Ao longo das últimas décadas se somarão a esses movimentos organizações não-governamentais que, muitas vezes, passarão a ocupar os espaços vazios deixados pelo progressivo desmonte neoliberal dos Estados de bem-estar ou pela negligência dos estados desenvolvimentistas autoritários quanto às políticas sociais. Também aí se somam as novas experiências de organização do trabalho que se unirão através de redes de cooperativas populares.

O Fórum promove a reunião de todas essas tendências, e ainda outras com representatividade menor, como os movimentos sociais de necessidade como os de luta por terra e moradia e o movimento sindical. Não é de se estranhar que em meio a um arco tão amplo e diferenciado de manifestações sociais que os conflitos, cedo ou tarde, emergissem. Porém, o que buscamos indicar é que esses conflitos, que se manifestam na concepção do seu funcionamento, no qual o ponto emblemático é a questão da deliberação, também tem relação com a composição de classe dessas entidades. Apesar do FSM conter uma multiplicidade muito grande de movimentos para que pudessemos analisar suas especificidades, nas manifestações sobre seu funcionamento podemos compreender algumas tendências políticas de classe. Isto fica especialmente claro na polêmica em torno da questão da deliberação.

Os movimentos que tem como base setores mais precarizados das classes populares tenderiam a apresentar posicionamentos políticos que buscam com urgência instrumentos de mobilização das

massas para a conquista de bens e serviços que garantam uma vida digna a essa população. Esse seria o caso do MST e da CUT. Mas podemos nos perguntar: e a ATTAC? E o Fórum Mundial de Alternativas? E a Marcha Mundial das Mulheres? Todos esses movimentos, que também defendem que o Fórum passe a ser deliberativo para garantir sua combatividade, são em maior ou menor grau compostos por setores das classes médias. Mas por que então defenderiam bandeiras de movimentos de base popular? Buscamos evitar uma visão determinista da questão de classe. Há uma série de circunstâncias históricas que definem o posicionamento de determinada classe. E a compreensão dessas circunstâncias impede-nos de naturalizar uma condição construída socialmente, bem como bradar o fim da história e da luta de classes.

É necessário que compreendamos qual a situação histórica que trouxe a classe média às condições que vivem atualmente e quais seriam suas relações com as outras classes, o que leva certamente a formas diferenciadas de mobilização política. Uma análise suficientemente detalhada infelizmente não cabe no âmbito deste artigo. Contudo, pretendemos ainda assim indicar alguns pontos que consideramos interessantes para essa reflexão, ainda de que maneira preliminar.

As frações da classe média têm sofrido diferentemente as conseqüências do capitalismo neoliberal. Alguns setores ligados diretamente ao empresariado exercendo cargos gerenciais ligados à administração, engenharia e finanças, setores funcionais para as corporações multinacionais como publicidade e marketing, ou mesmo economistas e administradores que irão atuar diretamente no setor financeiro, entre outros, podem ter sido beneficiados com a política neoliberal. Enquanto setores ligados ao funcionalismo público, as áreas de pesquisa em artes e ciências humanas não diretamente funcionais ao mercado competitivo, a profissões antes autônomas que agora se tornam dependentes e assalariadas, entre outras, sofrem constantemente com o desemprego ou mesmo observam a progressiva precarização de suas condições de vida. Em Pochmann et al (2006), por mais que a divisão em frações seja bem homogênea e acreditamos que não capte profundamente as possíveis desigualdades dos diversos setores presentes nas classes médias, é apresentada, inclusive através de análises estatísticas, a tendencial queda das condições de vida desses setores sociais.

Em nossos dias, a classe média sofre com as transformações da economia brasileira e tem dificuldades de reproduzir-se. Seus empregos tradicionais se esvaem, sua posição é questionada a todo o momento e as novidades tecnológicas a obrigam a malabarismos de adaptação impensáveis há poucas décadas atrás (Pochmann et al, 2006: 41).

Dessa maneira, mesmo que consideremos que os setores que participam do *altermundialismo* se enquadrassem na fração da classe média mais prejudicada pelo capitalismo neoliberal, existem matizes, diferenças entre os grupos aí presentes. E, mesmo para além das necessidades econômicas e materiais, outros elementos subjetivos, como os culturais e educacionais, influenciam no posicionamento político de determinado grupo. Dessa maneira, enquanto algumas organizações compostas em grande parte pelas classes médias tomam posições mais radicais que foram muitas vezes propostas pelos movimentos da base popular, outras tendem, ao contrário, a combater essas proposições e a defender formas mais atenuadas de atuação buscando uma transformação à conta gotas da realidade. Muitos movimentos ligados à intelectualidade de classe média, por mais que sofram com o neoliberalismo, têm condições sociais, econômicas, culturais para sustentar por mais algum tempo de forma essa forma de existência. Esta fração não vê a necessidade de subverter radicalmente e imediatamente as estruturas sociais, principalmente se, para isso, tiver que sacrificar alguns princípios que pretendem fazer conviver, lado a lado, tal como a exploração meritocrática do trabalho.

A citação a seguir, extraída do livro *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, é emblemático e podemos fazer um paralelo, dentro de seus limites históricos é claro, entre a pequena burguesia como um todo analisada por Marx e setores das classes médias atuais mais amenas politicamente, isto é, que rejeitam o radicalismo do que denominam “esquerda tradicional”:

O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena-burguesia. (MARX, 1980:226)

Por fim, acreditamos que o real dilema que se coloca para o futuro do Fórum não é de fato a questão da deliberação, mas se ocorrerá, ou mesmo de que forma ocorreria um processo de alianças concretas, de aproximações entre linha políticas, de afastamentos categóricos, enfim, de definições de forma geral. Isto poderia eventualmente permitir que as questões, as diferenças e aproximações entre os inúmeros grupos aí presentes ficassem mais claros. Seria um incentivo a um debate mais aberto em que se esclareceria se é ou não possível a construção de uma forma, mesmo que preliminar, de unidade. Mas o que desejamos de fato indicar é que para compreendermos as diferentes posições políticas aí colocadas é importante identificar quem são os sujeitos aí presentes, o que os motiva, seus reais limites e potencialidades.

O surgimento da ATTAC e a trajetória das classes médias francesas

A Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Auxílio dos Cidadãos (ATTAC) foi criada na França em 1998. O seu projeto nasceu de um editorial escrito por Ignácio Ramonet, em dezembro de 1997, no jornal *Le monde diplomatique*⁵. No final desse artigo Ramonet conclui: por que não criar, em escala planetária, uma organização não governamental em defesa de uma taxa Tobin com o objetivo de ajudar os cidadãos? Essa pergunta simples recebeu à época milhares de respostas. O debate caiu em sólo tão fértil, que ainda no primeiro semestre de 1998 os membros fundadores realizaram uma assembléia na qual adotaram a plataforma e o estatuto da ATTAC. Em apenas um ano, 10 mil adesões; quatro anos mais tarde a associação contava com algo em torno de 30 mil membros (Wintrebert, 2007). Um número nada desprezível, sobretudo quando se tem em conta toda uma extensa e alarmante discussão sobre o declínio da militância, crise ideológica, crescimento do individualismo, recuo do papel da política e fim das alternativas.

A taxa funcionaria como um “imposto mundial de solidariedade” a ser cobrado sobre a movimentação do capital no mercado financeiro (Ramonet, 1997). O dinheiro arrecadado deveria servir para financiar políticas de recuperação econômica e lutas contra a pobreza, bem como políticas emergenciais de “interesse coletivo em escala mundial” (Chesnais, 1999). O valor do imposto varia entre 1% a 0,1%, segundo as diferentes propostas. A porcentagem é mínima, mas considerado o volume das transações a quantia arrecadada é significativa. Dados da associação estimam uma arrecadação de 100 bilhões de dólares anuais, sendo o imposto fixado em termos mais baixos de 0,05% (ATTAC, 2002), enquanto que a soma gerada por uma taxa fixada em 0,1% seria suficiente para erradicar a pobreza extrema no mundo (ATTAC, 1998).

É interessante e importante observar que a criação de um tributo sobre as transações financeiras é, no entanto, um projeto anterior à ATTAC e ao artigo de Ramonet. Em 1978, James Tobin, professor na Universidade de Yale, Estados Unidos, publicou um artigo no qual propunha a criação de uma taxa a ser cobrada sobre as transações de câmbio. As suas primeiras indicações sobre o tema são, todavia, ainda mais antigas, datadas do ano de 1972, um pouco depois da dissolução do sistema de taxas de câmbio fixas, criado pelo tratado de Bretton Woods. Em 1981, o professor Tobin

⁵ Ramonet, Ignacio. Désarmer les marches. *Le monde diplomatique*, 01/12/1997.

ganhou o prêmio Nobel de economia. O seu trabalho, entretanto, pouco repercutiu fora do meio acadêmico até o surgimento da ATTAC, que fez da taxa Tobin uma bandeira presente nas manifestações de protesto ocorridas sobretudo na Europa ao longo dos anos 2000⁶. O apoio à criação do tributo foi tal que uma petição lançada pela associação ainda nos seus primeiros meses de vida foi entregue à Assembléia Nacional francesa com mais de 110 mil assinaturas.

Curioso. O que teria acontecido no espaço de aproximadamente vinte anos que fez com que tal projeto pudesse assumir tamanha visibilidade e força política? O que tornaria a ATTAC uma organização de massa enquanto outras associações francesas já existentes passavam por um processo de esvaziamento? O que faria uma campanha aparentemente tão abstrata como a taxação das transações financeiras ter tamanho apelo militante? Estas questões tornam-se ainda mais pertinentes e atraentes quando lembramos de todo um debate na literatura sobre ação coletiva acerca da mudança na construção de solidariedades – pensamos aqui no papel destacado dado à identidade cultural e à ação local, assim como na primazia de demandas pós-materiais na constituição dos *novos movimentos sociais*.

Criada em Paris, a ATTAC abandona os limites da região já no primeiro ano de existência. Após 2001, com a manifestação de Gênova organizada por ocasião do encontro do grupo dos sete países mais ricos e a Rússia (G-8), a associação conhece notoriedade internacional. Considerada uma das principais organizadoras da manifestação que contou com aproximadamente 200 mil pessoas, a ATTAC se estendeu rapidamente pela Europa. Em 2005, ela atuava em 50 países, enquanto que somente na França funcionavam 215 Comitês Locais⁷.

Diante desse rápido crescimento a pergunta feita acima é mais do que apropriada. O que teria acontecido no espaço aproximado de vinte anos que fez com que uma campanha com o objetivo de taxar o fluxo de capital pudesse assumir tamanha visibilidade e força política? A esse respeito, saber que o editorial de Ramonet e a criação da ATTAC ocorreram em plena crise do mercado asiático não nos parece irrelevante.

A primeira frase de *Desarmen o mercado* – o editorial acima mencionado – é: “*O ciclone sobre as bolsas da Ásia ameaçam o mundo todo*” (Ramonet,1997). A crise asiática não era apenas uma referência distante para a maioria da população francesa. E as críticas e palavras de ordem da ATTAC – *o mundo não é uma mercadoria! Vivemos sob a ditadura do mercado e sob o domínio das instituições internacionais financeiras!* – despertavam àqueles que a ela recorriam algo mais do que solidariedade aos povos de países distantes.

Os estudos de Agrikoliansky e Fillieule (2005), dois especialistas em *altermundialismo*, corroboram essa constatação, apesar de suas análises centrarem na trajetória das organizações e não, como é o caso aqui, no surgimento do movimento no quadro de implantação do neoliberalismo. Contestando a idéia amplamente difundida e aceita da “radical originalidade” do *altermundialismo*, os autores remontam aos grupos que introduziram no espaço político reivindicações hoje centrais para o movimento, notadamente o terceiro-mundismo. Essas organizações surgiram na França após o processo de descolonização e tinham, em geral, um discurso antiimperialista; é o caso, por exemplo, do CEDETIM (Centro de Estudos e Iniciativas de Solidariedade Internacional) – centro criado após a guerra da Argélia, responsável pela primeira manifestação francesa contra o G7, em 1989, e um dos fundadores da ATTAC. De acordo com Agrikoliansky e Fillieule (2005), o terceiro-mundismo conhece a partir de 1980 um período de refluxo, explicado, na opinião deles, pelo

⁶ O nome pensado por Ramonet para a ATTAC foi Associação pela Taxa Tobin para Auxílio dos Cidadãos. Este nome não chegou a ser confirmado por conta inclusive da relação de James Tobin com a associação. Tobin ao ser procurado por Bernard Cassen, presidente da ATTAC na ocasião, afirmou que os objetivos da associação não eram exatamente os seus e que “nunca tivera pretensões revolucionárias” (ATTAC, 2002).

⁷ O número de países é hoje menor, são eles: Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, Bolívia, Burkina Faso, Chile, Costa do Marfim, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Gabão, Holanda, Hungria, Islândia, Itália, Japão, Jersey, Líbano, Luxemburgo, Marrocos, México, Noruega, Peru, Polônia, Portugal, Suíça, Suécia, Togo, Tunísia, Uruguai. No total, 32 países, entre os quais 18 europeus, 6 africanos, 5 sul americanos e 1 da América do Norte, 1 da Ásia e outro do Oriente Médio.

surgimento de uma vertente concorrente de perfil humanitário e discurso pretensamente não ideologizado de ajuda às “vítimas dos países pobres”. Mas, eis que no final dos anos 1990 o debate sobre a desigualdade entre Norte e Sul ressurgiu mais próximo do que foi a luta pela descolonização do terceiro-mundo, isto é, contrário a uma abordagem assistencialista da desigualdade, mas agora, porém, “sob a figura das lutas contra a mundialização neoliberal”.

O que os autores não discutem são as razões desse ressurgimento, isto é, da re-politização da questão do terceiro-mundo. Como dissemos acima, a situação desses países não era mais apenas tema da sessão internacional dos jornais europeus. Em 1997, a França entrava no seu terceiro grande ciclo de privatizações. Após a indústria e o setor financeiro, o alvo então era o setor de serviços. Essa terceira fase que se estendeu até 2002 foi considerada a mais importante em termos de receitas obtidas através de privatizações de empresas públicas. Mas, desde a *grande greve de 1995*, quando o plano Juppé⁸ propunha cortes nos serviços públicos, com reformas no sistema previdenciário, as manifestações contra o desemprego, a falta de moradia, a exploração dos imigrantes ilegais, as reformas do ensino e do sistema de saúde, apareciam associadas às privatizações e às exigências da União Européia comprometida com “as grandes empresas transnacionais” e “às leis do mercado”. Ainda no ano de 1995:

Nas reuniões dos trabalhadores na Gare Lyon, falaram mandarins intelectuais como o sociólogo Pierre Bourdieu, que desde então se manifestou pela defesa do Estado social (“uma conquista europeia, tão valiosa como Kant, Bach e Beethoven”), e, com repercussão na esfera pública, atacou o “système Tietmeyer”, a política de estabilidade dos bancos centrais e a dominação dos mercados financeiros, bem como mídias homogeneizadas pelo capitalismo. Bourdieu e seus discípulos fundaram a rede Raisons d’Agir [Razões para Agir]⁹, que, recorrendo a uma escrita popular, enfrentou o pensamento unitário neoliberal... (Grefe et. al, 2005: 145)

As privatizações e as manifestações da década de noventa têm, no entanto, raízes mais longínquas. De acordo com Chauvel (2002), enquanto o período entre 1945 e 1975 entra para a história como os “trinta anos gloriosos”, as décadas posteriores trazem para a análise o desemprego em massa e o aumento dos gastos com moradia, alimentação e educação. Por suposto, tal quadro afeta todos aqueles que dependem do salário para sobreviver. Mas, as medidas adotadas, contudo, impactaram de modo particular algumas camadas e setores das classes médias francesa. No seu conjunto, assim como todo trabalhador assalariado, esse grupo perdeu, ao longo do período supracitado, em salários, conquistas sociais e estabilidade de emprego. Mas, perdeu também, ao mesmo tempo, poder de decisão, influência, possibilidades de ascensão e distinção. O trecho a seguir nos auxilia nessa análise:

Para os grupos coetâneos (...) nascidos nos anos de 1950 e 1960 a estrutura deixou de se desenvolver para cima, enquanto o nível de diplomas desses grupos continua a crescer. Progressivamente, enquanto os filhos nascidos nos anos de 1960 são mais frequentemente filhos de quadros, suas oportunidades de alcançar as categorias médias e superiores estagnam. Donde surge uma tendência às desclassificações sociais. (Chauvel, 2002: 65)

A tese sobre a desclassificação social desse grupo choca-se de frente com outra, aquela do fim da luta de classes resultante da dissolução da burguesia e do operariado nas camadas médias da sociedade. Esta fomentou um extenso debate a respeito das mudanças nas formas de ação coletiva e selou, em alguma medida, a separação entre as categorias classe e ação política. Curiosamente, o

⁸ Alain Juppé foi primeiro-ministro na França (1995-1997) sob a presidência de Jacques Chirac.

⁹ *Raisons d’Agir* também integra a ATTAC.

impacto negativo que a classe operária e as classes médias sofreram em detrimento do avanço de uma camada e de um setor da classe capitalista, parece apenas reforçar a tese de diluição das classes, agora, porém, numa imensa, difusa e heterogênea classe popular. Os dados e a discussão dessas pesquisas, se considerados os respectivos contextos sócio-históricos, bem como sua conjuntura política, nos interessam, no entanto. Pois, se não indicam o fim ou a simplificação da estrutura de classes, tem muito a nos dizer sobre as mudanças na conformação destas. A este respeito, as linhas abaixo oferecem algumas pistas:

A classe média tal como pensamos hoje faz referência à classe média dos anos 1970, construída sobre uma ideologia da ascensão, de progresso social, de mobilidade. É evidente que a experiência social atual somente aparece como degradada com relação a esta experiência. Hoje, só se pode ser decadentista tendo em vista este modelo. Esse discurso do declínio se nutre por oposição a esta ideologia ascensional. (Bacqué; Kokoreff, 2007: 83).

A ATTAC não se apresenta como uma organização de classe ou de classes. Para os seus representantes, ela é uma associação que agrega movimentos, entidades e indivíduos pertencentes aos mais variados grupos sociais, inclusive camponeses, na luta contra o neoliberalismo; este sim, entendido como ideologia e política de uma fração particular da classe dominante, as finanças. O termo foi cunhado por Gerard Dumenil e Dominique Lévi, membros do conselho de intelectuais da ATTAC, e é hoje muito aceito entre os *attacantes*, compondo alguns de seus documentos oficiais. Mesmo identificando o principal adversário numa “fração de classe” – proprietária das “grandes corporações transnacionais” organizadas sob a lógica do “sistema financeiro” – a associação não reconhece nos seus militantes, na sua forma de organização e ação, na suas demandas, na sua análise da realidade e na sua concepção de transformação, a atuação de uma classe, ou de parte dela. De fato, a ATTAC fala em “cidadãos” (expressão presente em seu próprio nome) e reúne entre os que assinam a sua plataforma e estatuto organizações de camponeses, operários e sem-teto; ela tampouco propõe a superação da condição de classe, qualquer que seja esta, e não vê nisto qualquer impeditivo para a construção do outro mundo que afirma ser possível. Uma análise atenta da associação e de seus textos, no entanto, nos revela algo diferente: a presença massiva de setores das classes médias tem muito a dizer sobre a sua linha interpretativa e sobre a sua proposta de mudança – ambas fortemente marcadas pela visão de mundo de um grupo social fortalecido e destacado pelo Estado de bem-estar social europeu e que conheceu com o neoliberalismo um movimento contrário.

Este esboço de um cenário mais complexo e ainda inacabado ajuda a entender o rápido crescimento da ATTAC. A implantação de políticas neoliberais e o desmantelamento do Estado providência provocaram mudanças na situação profissional e no cenário político e ideológico da sociedade européia. De modo que as privatizações das indústrias e dos serviços, bem como as reformas dos sistemas de saúde e educação tiveram impactos sobre a estrutura de classes francesa, reconhecidamente reorganizada desde o fim da Segunda Guerra mundial sobre o Estado do bem-estar.

Uma olhada nas organizações presentes na associação oferece-nos indícios da significativa presença de setores das classes médias. Vejamos: **sindicatos:** Sindicato da Magistratura; Sindicato de Medicina Geral; Federação dos Bancos; FGTE-CFDT (Federação Geral dos Transportes e Equipamentos); FSU (Federação Sindical Unitária)¹⁰; SNES (Sindicato Nacional dos Professores); SNESup (Sindicato Nacional de Professores do Ensino Superior); UGICT-CGT (União Geral dos Engenheiros, Quadros e Técnicos); UNEF (União Nacional dos Estudantes da França). **ONGs e associações:** Agir ici; AITEC (Associação internacional de técnicos, especialistas e pesquisadores);

¹⁰ Composto em grande medida por professores.

Amigos da Terra; Associação Gunter Holzmann; CEDETIM (Centro de estudos e de iniciativas de solidariedade internacional); CRID (Centro de pesquisa e de informação sobre o desenvolvimento); ESCOOP (Economias solidárias e cooperativas); Razão para agir; Redes de serviços públicos europeus. **Jornais e revistas:** *Charlie Hebdo; Alternatives Economiques; Monde diplomatique; Politique; Politis; Témoignage chrétien.*

A partir de uma sociologia do engajamento, Cruzel (2003) analisa a trajetória militante dos *attachantes* dos Comitês de Gironde e de Haute-Garonne, identificando pontos comuns, como, por exemplo, uma “carreira militante humanitária” – fruto de experiências comunitárias, sobretudo, religiosas. Segundo a autora, as entrevistas realizadas evidenciaram impressionantes regularidades biográficas que podem iluminar a forma do engajamento do movimento *altermundialista*. A proposta é interessante, mas não explica as razões de um percurso político tão semelhante. Todavia, as entrevistas nos oferecem ainda outros dados que, embora menos importantes para a análise de Cruzel, seguem bem ao encontro da nossa linha de argumentação – referimo-nos aqui à ocupação dos entrevistados; entre os citados: engenheiros, gestor de empresa, aposentados, assistentes sociais, desenhista gráfico, professores e bibliotecários.

Programa político e ideologia de classe

As organizações e os indivíduos reunidos na ATTAC estão todos comprometidos com a proposta de tributação das transações financeiras. Mas não apenas. Como membros com direito a voto na Assembléia Geral da associação, defendem em comum: o controle do mercado financeiro; a reforma do FMI e do Banco Mundial; o fim da “lógica do mercado” (ou, em outros termos, a estatização e a “socialização”) dos bens que consideram de domínio público (água, informação, educação, saúde); a anulação da dívida dos países pobres; a defesa dos serviços públicos; o fim dos fundos de pensão privados; a proibição de organismos geneticamente modificados (OGM); normas de proteção das riquezas biológicas; a elaboração de uma legislação do trabalho nos níveis regional e internacional.

O editorial de Ramonet (1997), a plataforma da associação (1998), o manifesto *altermundialista* (2007) e os demais documentos políticos da ATTAC aos quais tivemos acesso reivindicam a taxa Tobin e a anulação da dívida externa dos países pobres. Em nenhum deles, no entanto, estas medidas são apresentadas como simples processo de redistribuição de riqueza ou ajuda humanitária. Sintetizado nas duas demandas aparece a necessidade da reforma das instituições financeiras internacionais (IFIs), reivindicando não apenas mudanças nas políticas e nos princípios que as regem, mas, sobretudo, mudanças na estrutura organizativa. A leitura dos textos expressos em nome da associação, bem como das análises apresentadas pelo seu conselho científico nos mostra que questões como: poder, Estado e política são peças-chaves na compreensão do seu projeto, ao mesmo tempo em que são fontes das suas maiores contradições e debates internos. Aproximemo-nos um pouco mais do que a ATTAC tem a dizer a seus militantes e simpatizantes:

A mundialização do capital financeiro coloca os povos em estado de insegurança generalizada. Ela ignora e rebaixa as nações e seus Estados, enquanto lugares pertinentes de exercício da democracia e garantia do bem comum [...]. A mundialização financeira tem, aliás, criado seu próprio Estado. Um Estado supranacional, dispendo de seus aparelhos, de suas redes de influência e de seus meios de ação próprios. Trata-se do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial [...]. Este Estado mundial é um poder sem sociedade, papel exercido pelos mercados financeiros e pelas grandes empresas (...), como consequência, as sociedades realmente existentes, são sociedades sem poder (RAMONET, 1997).

Segundo tal análise, o Estado perdera a autonomia e as nações a sua soberania, estando todos à mercê dos interesses econômicos dos grandes grupos financeiros. “As instituições democráticas e os **Estados soberanos encarregados do interesse geral**¹¹” foram, com o neoliberalismo, substituídos por uma “lógica estritamente especulativa” (ATTAC, 2002). É urgente criar “**novos instrumentos de regulação e controle**, no plano nacional, europeu e internacional” (ATTAC, 1998). Esses novos instrumentos de regulação têm, segundo a plataforma da associação, o objetivo último de: “reconquistar os espaços perdidos pela democracia em proveito da esfera financeira”, trata-se, nas palavras da ATTAC (1998): “de nos apropriarmos juntos novamente do futuro do nosso mundo!”. Frequentemente citada, essa frase expressa claramente que a fase neoliberal representa mais do que déficits no campo econômico, representa perdas no poder de decisão, representa déficits no campo político.

Nesse sentido, a anulação da dívida externa dos países pobres colocaria em questão a atual ordem internacional, isto é, o poder e a legitimidade de algumas instituições de elaborar e selar acordos entre países, estabelecendo os critérios de endividamento, bem como as medidas necessárias para quitá-lo, é o caso, por exemplo, dos:

Programas de ajustamento estrutural (PAS) impostos aos países do Sul (notadamente África e América Latina) durante os anos 1990 para garantir o reembolso de sua dívida, artificial e ilegítima, constituindo um caso patente de tentativa de recolonização (ATTAC, 2007: 16).

A dívida externa não é para essa análise apenas uma questão econômica. Mas, um meio que permitiu aos países dominantes manter a dependência dos países do Sul, após seu processo de descolonização (Massiah, 2005). Ela é também, portanto, uma forma de controle, exercido por alguns países e grupos de empresas multinacionais através do Fundo Monetário Internacional. Como alternativa a ATTAC propõe a constituição de uma “democracia mundial” fundada no direito internacional, direito que estabeleça e garanta a corresponsabilidade dos países envolvidos (os que sedem o empréstimo e aqueles que o recebem) e que estabeleça instâncias públicas competentes para a avaliação dos critérios e do cumprimento dos acordos. Isso pressuporia a reestruturação das relações atualmente estabelecidas, com a redefinição das responsabilidades dos Estados e das empresas multinacionais. Como escreve Massiah (2005: 52), membro do conselho científico da ATTAC:

esta anulação deve absolutamente se inscrever na perspectiva de uma reforma do sistema internacional que engendrou a dívida. A mobilização cidadã mundial pode pesar sobre os avanços do direito internacional. Existe aqui reais possibilidades, tanto do ponto de vista das concepções como do ponto de vista das políticas imediatas. Num primeiro tempo, elas concedem a anulação da dívida para os países mais pobres, bem como a deflação do serviço da dívida, com base em critérios sociais, para os países intermediários.

A associação não prescreve o fim das relações internacionais e suas instituições, mas antes o que chama de “reforma radical”, pautada na consolidação de um direito internacional edificado sobre a declaração do *Direito dos Homens* e a *Carta das Nações Unidas*. “A mundialização do direito e seu aprofundamento são, para o movimento *altermundialista*, objetivos estratégicos; o direito internacional é deste ponto de vista um campo de afrontamento central na luta contra a mundialização neoliberal e a definição de um outro mundo” (Massiah, 2005: 51). Nesse sentido, os textos são claros:

¹¹ Grifos nossos.

Nós propomos reformar radicalmente as IFI, isto é colocar em causa a natureza mesma dos poderes que se exprimem através dessas instituições e a lógica que determina sua ação. Nossa posição se opõe, de um lado, aos ultra-liberais que desejam reduzir ao mínimo a regulação pública internacional, segundo a concepção expressa pelo relatório Meltizer apresentado em 2000 diante o Congresso americano ... (ATTAC, 2002: 9).

Uma tal perspectiva, que nós chamamos reforma radical, pode ser justamente considerada como um apelo ao desmantelamento das instituições financeiras internacionais atuais. Nos parece no entanto importante definir desde o início o tipo de instituições que nós queremos. O perigo de se limitar a clamar o desaparecimento das instituições poderia nos conduzir à alianças das quais tirariam proveito os partidários da desregulação neoliberal (Massiah, 2005: 56)

Um papel estratégico também é atribuído à taxa Tobin. A tributação do sistema financeiro não é por si só apresentada como suficiente para reverter o processo iniciado com o neoliberalismo, “mas ela se inscreve[ria] numa reorientação dos fundamentos do sistema internacional”, ampliando a margem de manobra dos Estados e dos movimentos de “cidadãos”. Dito de outro modo, o imposto não seria apenas uma resposta a um problema de disfunção da economia, mas uma forma de ampliar a participação na sua gestão. O mais importante, na análise dos *atacantes*, é que ele permitiria o controle sobre os itens taxados, o que colocaria em causa a lógica do funcionamento atual, de onde a dificuldade de implantação do projeto. Assim, “as lutas pela democratização do poder econômico **recusam o dogma da liberalização fundado sobre privatizações** que conduzem a oligopólios superpotentes **escapando a todo controle**” (Massiah, 2005: 53).

Assim como a proposta de anulação da dívida externa, o que está em questão aqui é a reforma das instituições financeiras. Dada a estrutura antidemocrática do FMI e do Banco Mundial, estas instituições não poderiam ser responsáveis pelas regras de empréstimos e investimentos internacionais. Isto porque, além da clara hegemonia dos Estados Unidos da América, a participação dos outros países está diretamente associada à sua riqueza e não à sua condição de Estado soberano¹². A mudança dessa ordem anti-democrática passa, segundo a ATTAC, pela substituição da “lógica de mercado” pela “lógica pública” :

A fiscalização internacional, por ela mesma, não é suficiente para resolver todos os problemas, mas ela se inscreve numa reorientação dos fundamentos do sistema internacional: financiamento dos bens públicos mundiais, salvaguarda e desenvolvimento dos bens comuns, luta contra o “dumping social” e o “dumping fiscal”, uma redistribuição fundada sobre os direitos e não sobre a caridade dos “ricos aos pobres”, financiamento dos orçamentos das autoridades públicas e das instituições internacionais. (Massiah, 2005: 53)

A ajuda pública ao desenvolvimento é uma das únicas formas atuais de financiamento escapando à lógica do mercado: ela deve crescer, apesar dos limites. Mas o objetivo deve ser de desenvolver a taxação do capital destinado a alimentar esses financiamentos públicos. (ATTAC, 2002: 50)

Ainda segundo os textos da ATTAC, o seu objetivo não é melhorar o funcionamento das IFI com o intuito de assegurar a perenidade do modelo existente. A reforma dessas instituições inscreve-se no quadro mais amplo de uma transformação profunda do sistema de relações internacionais e esta, por sua vez, supõe a modificação das relações atuais de poder (ATTAC, 2002: 23 e 25).

Com este propósito, o manifesto *atlermundialista* escrito pela ATTAC identifica sete pilares fundamentais do neoliberalismo, os quais, segundo a associação, precisam ser combatidos: 1) **o livre comércio** – que a partir da abertura de todas as fronteiras comerciais, destruiu a capacidade dos Estados de definir suas próprias políticas econômicas, respondendo assim às necessidades e

¹² Ao contrário da Organização das Nações Unidas, onde cada Estado tem direito a um voto, no FMI o princípio é outro: um voto é igual a um dólar.

aspirações dos seus “cidadãos”; 2) **a natureza como reserva inesgotável** – posto que o economicismo extremo e a mercantilização da vida ignoram os limites naturais, o desenvolvimento sustentável e direito das gerações futuras; 3) **a democracia tutelada** – com as liberdades políticas limitadas pela liberdade econômica; 4) **as políticas públicas à serviço dos proprietários do capital**; 5) **o poder dos acionários nas empresas**; 6) **as guerras permanentes e as políticas de segurança** – sustentáculo de uma “economia da predação” pelo controle dos recursos naturais, notadamente energéticos; 7) **a padronização dos espíritos** – através das propagandas e discursos sobre a inevitabilidade da mundialização neoliberal e o fim das alternativas.

Esses pilares devem, sempre segundo a ATTAC, ser confrontados com a crítica constante e com a proposição de alternativas, das quais: 1) **recuperar as soberanias dos Estados**; 2) **fortalecer o papel dos parlamentos**, fragilizados pelo poder das grandes empresas e grupos financeiros; 3) **construir um novo modelo de desenvolvimento**, fundado sobre o reconhecimento dos bens comuns e dos públicos mundiais; 4) **construir novas formas de participação** que completem as formas clássicas de representação; 5) **renegociar os acordos internacionais, anulando a dívida dos países pobres**, reconhecendo a dívida histórica dos países do norte adquirida através da pilhagem de recursos naturais; 6) **enfraquecer o poder dos acionários**, de modo que o controle da empresa não fique apenas em suas mãos.

A discussão sobre a definição do que é **bem público** e o que é **bem comum** tem mobilizado os intelectuais da associação e tem se tornado um ponto central para a ebaloração de seu programa político. O tema não se limite apenas à ATTAC, sendo mote do debate em três mesas simultâneas no seminário internacional do fórum mundial deste ano. Embora importante, não adentraremos aqui no nóculo desta questão. Para os fins deste ensaio, basta apenas sabermos que, apesar da existência de contradições e conflitos nesta caracterização, setores como a educação, a saúde, a cultura e a comunicação estão sempre entre os bens considerados públicos. Esta definição não é um simples exercício intelectual de classificação, mas ela demarca para os *atacantes* o que deve ser “estatizado” e/ou “socializado”. E é neste trabalho de separação do joio do trigo, que podemos resignificar o lema **O mundo não é uma mercadoria!** Pois, menos do que defender o fim da lógica de mercado como um todo, o que de fato a associação crítica é a extensão dessa lógica para alguns domínios.

Um dos pontos de conflito entre os seus militantes e a União Européia foi o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS), acordo este que permitiria a liberalização de áreas como “saúde, educação e cultura”. A esse respeito a ATTAC declara: As “associações engajadas no movimento altermundialista reclamam (...) a remoção da AGCS da água, saúde, educação, cultura, audiovisual, serviços de comunicação, transporte e energia” (ATTAC, 2007: 39). Com efeito, essa bandeira interessa a muitos, embora não contemple a todos. É somente quando passamos pelas páginas iniciais dos sites *altermundialistas* e adentramos o espaço de suas atividades e de seus textos analíticos e programáticos que vemos expressões aparentemente tão universais, proclamadas em diversas línguas na esfera virtual, – como: *O mundo não é uma mercadoria, Nós não estamos a venda!* – assumir os traços mais fortes de um grupo social formado em determinada região do globo.

Como afirmam Agrikoliansky e Fillieule (2005), o movimento *altermundialista* é fundado sobre vários mitos que não resistem à observação empírica. Fiquemos por ora apenas com aquele que nos interessa de imediato: a idéia de que sua base é formada por uma “sociedade civil transnacional”. Segundo os autores, o mapeamento das manifestações e dos fóruns sociais levou-os a nuançar em grande medida essa afirmação, posto que as marchas e os fóruns, sobretudo os europeus, permanecem dominados pelas lógicas nacionais. Isto porque, os comitês de organização são essencialmente compostos por grupos e militantes ancorados no espaço político do país sede. Assim,

As manifestações de Seattle em 1999, por exemplo, foi menos um movimento de contestação mundial que uma mobilização essencialmente norte-americana. Da mesma maneira, e mais perto de nós, o segundo Fórum Social Europeu (FSE), realizado em Paris-Saint-Denis, em novembro de 2003, foi no geral organizado pelos movimentos de militantes franceses. As dificuldades que marcaram o curso do terceiro FSE em Londres refletem bem a estrutura do campo altermundialista

britânico dominado pelo Socialist Worker Party (SWP) (...). Os movimentos altermundialistas europeus, norte ou sul-americanos se parecem muito pouco, tanto do ponto de vista dos grupos mobilizados, do repertório de ação utilizada, como das referências ideológicas solicitadas. Para além das assembleias internacionais de preparação dos eventos contestatórios, ocasiões raras, não existem estruturas permanentes de coordenação dos movimentos (Agriloliansky; Fillieule; Mayer; 2005: 83)

Dito isto, voltemos à ATTAC – mas sem esquecermos que apesar da sua origem francesa e sua expansão notadamente europeia ela é responsável, em boa medida, pela construção da pauta *altermundial*. O seu debate sobre bens públicos e bens comuns é marcado por uma experiência sócio-histórica muito particular. Como atesta Brillet (2004), a noção francesa de serviço público integra ao mesmo tempo elementos sociais, políticos, econômicos e jurídicos. Ela indica não apenas um extenso leque de serviços oferecidos gratuitamente, mas uma forma específica de produzi-los e geri-los – os bens públicos aqui incluem: o aspecto “regulador” (defesa, justiça e polícia), outro denominado “providencial” (educação, saúde, seguro-desemprego e seguridade social) e também toda uma extensa rede de “serviços industriais e comerciais” (abastecimento de água, coleta de esgoto e lixo, serviços postais, telecomunicações, transportes, gás e eletricidade). Outra particularidade é a identificação entre interesse público e poder público, conferindo a condução das atividades acima enumeradas ao Estado, e tão somente a ele, o que de pronto apresenta outras três noções, quais sejam, as de Estado-empresário, Estado-regulador e monopólio estatal – aspectos que, segundo Brillet (2004), são completamente opostos a noção inglesa de um Estado “simples prestador de serviços (entre outros)”. Esse é um dos pontos de conflito entre a França e a União Europeia e uma das dificuldades do neoliberalismo no país.

Se existe um grupo especialmente tocado por essa concepção, este é o das classes médias, notadamente algumas de suas frações, localizadas no setor público. Os exemplos poderiam ser outros e certamente deverão ser aprofundados, mas devido ao frescor do ocorrido tomamos aqui a greve dos professores universitários na França, em 2009. A paralisação e as manifestações duraram praticamente todo o primeiro semestre daquele ano e mobilizaram outros setores, como os estudantes e os trabalhadores da área da saúde. A greve foi desencadeada pela reforma proposta pela ministra do ensino superior e da pesquisa, Valérie Pécresse. O projeto, denominado de “autonomia universitária”, altera consideravelmente o quadro do ensino superior francês, prevendo: o fim dos institutos universitários de formação dos mestres (IUFM), o desmantelamento do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) e a modificação do estatuto dos professores-pesquisadores. Entre os pontos destacados nas manifestações observamos: a redução de postos de trabalho e a abertura do setor ao capital privado; mas nenhum deles despertou declarações tão acaloradas quanto à mudança do estatuto da categoria, a qual atribui aos presidentes da universidade o controle do tempo de trabalho e o plano de carreira dos professores-pesquisadores. Assim, a greve que paralisou até mesmo os centros considerados mais conservadores colocou em evidência a discussão sobre a particularidade do trabalho intelectual e artístico. As frases a seguir, expressas em cartazes nas universidades e nas ruas, podem nos ajudar a entender como a categoria percebe a sua condição e porque vê nela uma incompatibilidade com a lógica do mercado: “*Jamais o Estado se opôs de forma tão reacionária à cultura e ao saber!*”; “*O espírito é um músculo!*”; “*Eu sou um projeto de excelência em greve!*”; “*Eu sou melhor que meu colega!*” (L’Humanité, 2009: 9). De acordo com uma professora da Paris VIII: “*É a primeira vez que existe tal consenso entre todas as disciplinas aliada a uma real solidariedade entre hospital, justiça e educação: ‘Nós somos todos atacados pela lógica da concorrência e da rentabilidade’*” (L’Humanité, 2009: 9). O Sindicato do ensino superior (SNESup-FSU), membro da ATTAC e um dos seus fundadores, declarou na ocasião:

Nós queremos outras orientações que respondam, enfim, ao interesse do serviço público da pesquisa e o ensino superior (...). Nós estamos hoje num movimento extremamente solidário (...).

Parece-me essencial que o governo entenda essa determinação (...). Nós somos perfeitamente racionais na exigência de um serviço público de ensino superior e de pesquisa eficaz, largamente financiada pelo orçamento do Estado. (L'Humanité, 2009: 9)

A universidade é, notadamente nas ciências humanas, um espaço de liberdade que permite a elaboração de um pensamento crítico, original. Este espaço de liberdade, que supõe o tempo da reflexão, é posto em questão pela lógica da concorrência. (L'Humanité, 2009: 3).

Com efeito, a ATTAC é composta por muitos outros sindicatos, associações e entidades com trajetórias riquíssimas. Mas a relativa diversidade organizacional não anula a significativa homogeneidade social. A participação individual de desempregados, imigrantes ilegais, trabalhadores precários e camponeses é pequena. E enquanto algumas de suas organizações figuram no site da associação como membro ativo da ATTAC a real capacidade de intervenção destas – na forma de organização, mobilização e, sobretudo, na construção da pauta política – é questionável. Se tal não fosse, não apenas o trabalho intelectual e o que ele cria seria digno e merecedor de estar fora da lei do mercado.

Considerações possíveis

Como indicamos acima, diversas teses suscitadas pelo fenômeno *altermundial* merecem ser problematizadas. Buscamos chamar a atenção para uma em especial, qual seja: a incapacidade da luta de classes e, por consequência, do marxismo em explicar a ocorrência e o desenvolvimento de tal fenômeno. Uma visão determinista da questão de classe deve sim ser evitada, tanto hoje com no início do século XX, e mesmo antes. Há uma série de circunstâncias históricas que definem o posicionamento de determinada classe social. Nesse sentido, Marx e Engels deixaram nos seus livros históricos, como *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* e *Lutas sociais na França de 1848-1850*, um legado importante. Nessas obras as classes aparecem como elemento central para compreensão da situação política. Com efeito, as classes sociais só podem ser analisadas em determinada situação concreta específica na qual apresentam determinada constituição e morfologia.

As classes médias francesa e as classes médias brasileiras nasceram e se desenvolveram em contextos sócio-históricos distintos e isso tem implicações para sua atuação política. Uma análise suficientemente detalhada infelizmente não cabe no âmbito deste artigo. Mas, por ora, vale o debate.

Bibliografia

_____ Organizando para a transição anti-capitalista in: Site do *Seminário internacional 10 Anos Depois: Desafios e propostas para um outro mundo possível*, 2010. Disponível em: <http://seminario10anosdepois.wordpress.com/2010/01/19/organizando-para-a-transicao-anti-capitalista>

_____ *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____ O FSM em Movimento. Site do *Seminário internacional 10 Anos Depois: Desafios e propostas para um outro mundo possível*, 2010. Disponível em: <http://seminario10anosdepois.wordpress.com/2010/02/11/o-fsm-em-movimento>

AGRILOLIANSKY, E ; FILLIEULE, O. ; MAYER, N. La dynamique altermondialiste en France, *L'Économie Politique* 2005/1,

AMIN, Samir; HOUTART, François (orgs.). *Mundialização das Resistências: o estado das lutas*. Editora Cortez, São Paulo, 2003.

ATTAC. Manifeste altermondialiste. Paris : Éditions mille et une nuits, 2007.

ATTAC. Que faire du FMI e de la Banque Mondiale ? Paris : Éditions mille et une nuits, 2002.

ATTAC. Statuts de l'association 03/06/1998. In <http://www.france.attac.org/spip.php?article604>.

ATTAC. Tout sur ATTAC. Paris : Éditions mille et une nuits, 2002.

BACQUÉ, Bacqué ; KOKOREFF, M. La politique des classes à la française, *Mouvements* 2007/2, N° 50, p. 79-87.

BERTHO, A. L'autre monde ici et maintenant. L'altermondialisme est-il un avenir ?, *Mouvements* 2006/4-5, N° 47-48, p. 190-194.

BRILLET, E. Le service public " à la française " : un mythe national au prisme de l'Europe, *L'Économie Politique* 2004/4, n°24, p. 20-42.

CARTA DE PRINCÍPIOS do Fórum Social Mundial, junho de 2001 - http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1

CASSEN, Bernard. ¿Hacia el "post-altermondialismo"? Site do *Seminário internacional 10 Anos Depois: Desafios e propostas para um outro mundo possível*, 2010. Disponível em: <http://seminario10anosdepois.wordpress.com/2010/01/18/%C2%BFhacia-el-%E2%80%9Cpost-altermondialismo%E2%80%9D/>

CHAUVEL, Louis. Classes e gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes. In: *Crítica Marxista*. São Paulo: Boitempo, 2002, n.15, pp. 57-70.

CHESNAIS, François. Tobin or not Tobin? Porque tributar o capital financeiro em apoio aos cidadãos. São Paulo: Unesp; Attac, 1999.

CHESNAIS, François. *Tobin or not tobins?* Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos. São Paulo: UNESP, ATTAC, 1999.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

GEORGE, Susan. Dez anos depois: Desafios e propostas para outro mundo possível. Site do *Seminário internacional 10 Anos Depois: Desafios e propostas para um outro mundo possível*, 2010. Disponível em: <http://seminario10anosdepois.wordpress.com/2010/01/11/dez-anos-depois-desafios-e-propostas-para-outro-mundo-possivel/>

GRAJEW, Oded. Fórum Social Mundial, 10 anos in: Site do *Seminário internacional 10 Anos Depois: Desafios e propostas para um outro mundo possível*, 2010. Disponível em: <http://seminario10anosdepois.wordpress.com/2009/12/12/forum-social-mundial-10-anos>

GREFE, Christiane; GREFFRATH, Mathias; SCHUMANN, Harald. ATTAC: o que querem os críticos da globalização. São Paulo: Editora Globo, 2005.

GRZYBOWSKI, Cândido. Para Além do Fórum Social Mundial in: Site do *Seminário internacional 10 Anos Depois: Desafios e propostas para um outro mundo possível*, 2010. Disponível em: <http://seminario10anosdepois.wordpress.com/2010/01/11/para-alem-do-forum-social-mundial/>

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Napoleão* em Obras Escolhidas, Editora Alfa- Ômega, s/d.

MASSIAH, Gustave. Un projet pour le mouvement altermondialiste. *L'Économie Politique*, 2005, n.25, p.49-58.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do Capital*. São Paulo : Boitempo, 2009.

POCHMANN, Marcio; PEREIRA, Marcelo; BARBOSA, Alexandre. *Classe Média: Desenvolvimento e crise*. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

RAMONET, Ignacio. Désarmer les marches. *Le monde diplomatique*, 01/12/1997.

SAES, Décio. Estado e Democracia: Ensaio Teóricos. Coleção Trajetória 1, Campinas: IFCH- Unicamp, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*: 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOKOL, Markus. O Fórum não defende os trabalhadores. *Crítica Marxista*, número 16, 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. Uma política de esquerda para o século XXI? Ou teoria e praxis novamente. In: LOUREIRO, Isabel; LEITE, J. C.; CEVASCO, M. E. *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

WHITAKER, Francisco. Elementos para um balanço dos dez anos de FSM do ponto de vista da sua metodologia In: Site do *Seminário internacional 10 Anos Depois: Desafios e propostas para um outro mundo possível*, 2010. Disponível em: <http://seminario10anosdepois.wordpress.com/2010/02/11/elementos-para-um-balanco-dos-dez-anos-de-fsm-do-ponto-de-vista-da-sua-metodologia>

WINTREBERT, Raphaël. Attac, la politique autrement? Enquête sur l'histoire et la crise d'une organisation militante. Paris : Découverte, 2007.